

[67]

Potência sem CT&I?

[Para galgar o status de nação desenvolvida, o país deveria considerar como alvo prioritário a construção de um profícuo sistema de CT&I]

Valor, terça 18-04-06

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva diz estar convencido de que o Brasil se prepara para ser uma grande potência no século 21. É imprescindível que o fundamento dessa convicção presidencial seja debatido, mas sem as conotações de autoridade, poderio e mando que a expressão “grande potência” obrigatoriamente envolve. Com menos ímpeto eleitoral e algum realismo, uma pergunta mais razoável e oportuna pode ser: está o Brasil de fato se preparando para - pelo menos – galgar o status de nação desenvolvida?

Não se trata de previsão, pois nesse terreno é gigantesca a margem de erro. Basta lembrar que os países asiáticos que pareciam estar mais preparados há cinquenta anos eram as Filipinas, a Indonésia e a Birmânia (atual República de Myanmar), enquanto Coréia do Sul era classificada como lanterninha. O que mostra bem como podem mudar as perspectivas históricas de um país, diz Vinod Thomas no excelente livro: “O Brasil visto por dentro - Desenvolvimento em uma terra de contrastes” (RJ: José Olympio, 2005).

O que interessa, portanto, não é consultar bola de cristal, mas saber se o Brasil está realmente fazendo o necessário para superar seus mais sérios defeitos. Aqueles que deveriam ser amplamente entendidos como alvos prioritários. No contexto do século 21, o mais importante de todos só pode ser a construção de um profícuo sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Afinal, a

demanda mundial de produtos e serviços de alta tecnologia aumenta 15% ao ano, enquanto a de matérias-primas não chega aos 3% e a de produtos com baixo grau de transformação não passa de 4% ao ano. A maioria dos preços reais das matérias-primas, que já caíram para níveis inferiores aos da grande depressão dos anos 1930, certamente continuarão a declinar no século XXI. Pior: os preços de produtos manufaturados com baixo ou médio conteúdo tecnológico – como têxteis, roupas, objetos de madeira, químicos, maquinário e equipamentos de transportes – caíram 1% ao ano desde 1970, mostrando uma tendência perversa semelhante à apresentada pelas matérias-primas. Além disso - e certamente ainda mais decisivo - a sustentabilidade ambiental de qualquer estilo de crescimento econômico que possa ser imaginado será cada vez mais dependente de descobertas científicas, novas tecnologias e conseqüentes inovações.

O presidente Lula parece não discordar dessa premissa, pois na mesma declaração acrescentou que o Brasil só será potência mundial no dia em que estiver exportando conhecimento. “Não tem nada mais sagrado do que a elevação do conhecimento de um povo para que ele possa ser competitivo para disputar mercado, produto, pesquisa e o direito do Brasil, no século 21, ocupar um lugar que não ocupou nem no século 20, nem no 19”.

Todavia, não será essa a esperança que resultará de qualquer consulta aos trabalhos apresentados nos seminários temáticos para a 3ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que ocupam as 1708 páginas do número 20 da revista “Parcerias Estratégicas” (Junho 2005), publicada pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Mesmo quando destacam significativas proezas realizadas nos últimos dez anos, esses trabalhos não

deixam de enfatizar que elas têm sido “poucas demais e tardias demais”. Pior: não há como deduzir qual poderia ser a estratégia de reversão desse infortúnio.

Em notável esforço de síntese, o doutor Eduardo Krieger, presidente da Academia Brasileira de Ciências, apresentou ao Instituto de Estudos Avançados da USP um leque de diretrizes subdivididas em dois grandes blocos: “capacidade científica nacional” e “ciência e inovação tecnológica”. Uma dezena de tópicos compõe o primeiro bloco: melhoria da qualidade da educação em todos os níveis; reforço aos núcleos de excelência; fixação de doutores nos centros emergentes; fixação de doutores nas indústrias para maior transferência da ciência para a inovação empresarial; liberação das verbas retidas dos Fundos Setoriais; funcionamento mais ágil do Conselho de Ciência e Tecnologia (CCT); funcionamento efetivo das secretarias estaduais de C&T; funcionamento efetivo de todas as Fundações de Amparo à Pesquisa; incentivos à interdisciplinaridade, à cooperação em redes e à cooperação internacional; e divulgação de dados indispensáveis para a avaliação permanente dos resultados. No segundo bloco surgem outras cinco diretrizes, bem hierarquizadas: aumentar o número de cientistas e pesquisadores nas empresas; estímulos para empresas de capital de risco; formulação no CCT de uma agenda nacional de CT&I; modernização do INPI para acelerar processos de pedidos de patentes; e revisão da legislação que regula a CTNBio, o CGEN, e a Anvisa/Conep.

É bem provável que a comunidade científica reconheça já existir largo consenso em torno desses quinze tópicos, mesmo que com alguns ajustes. O problema, contudo, é que eles misturam finalidades e meios de diversos níveis, sem que daí resulte qualquer estratégia, entendida como conjunto de

operações necessárias para se conceber, preparar, e conduzir a ação coletiva que poderia tirar o Brasil de sua perigosa pasmaceira em CT&I.

Sem estratégia será impossível avaliar o grau de coerência de certas escolhas. Podem nem ser muito graves as dúvidas sobre o envio do primeiro brasileiro ao espaço, ou sobre a preferência pelo padrão japonês de televisão digital. Todavia, serão drásticas as conseqüências da continuidade do terrível gargalo do ensino médio, ou a manutenção do atual grau de concentração dos investimentos em educação avançada onde já existem centros importantes de educação e pesquisa. O ensino médio deveria receber uns 25% dos recursos, em vez dos atuais 11%, enquanto a participação da educação no PIB passasse dos atuais 4% para 6%. Simultaneamente, centros de pesquisa em mesorregiões selecionadas do Nordeste, do Centro-Oeste e do Norte também deveriam se tornar vértices sistema de CT&I. Apenas dois exemplos de teses polêmicas que certamente virarão dilemas e impasses na ausência de estratégia. Nada que possa acalentar sonhos de Brasil potência.

José Eli da Veiga, professor titular do departamento de economia da FEA/USP e autor do livro *Meio Ambiente & Desenvolvimento* (SP: Editora Senac, 2006), escreve mensalmente às terças. Página web: www.econ.fea.usp.br/zeeli/